



Aldéia

Jornal produzido pela FASE Amazônia e FAOR - Edição 2º semestre de 2014



III ENA fortalece a luta pela agroecologia

Após um intervalo de oito anos, o Encontro Nacional de Agroecologia teve sua terceira edição realizada em maio deste ano > 6



O que está em jogo na COP 20

Fátima Mello fala sobre a relevância da conferência para a afirmação de luta dos movimento sociais em torno da justiça climática e ambiental > 2



Os impactos da monocultura de dendê no Pará

Promotoria de Justiça instaura inquérito para apurar conflitos territoriais e impactos socioambientais > 3



Balanco do Fórum Social Panamazônico

Carta produzida pelas organizações ao final do encontro norteia a mobilização para a construção de alternativas com vistas à transformação social > 4



Complexo Hidrelétrico do Tapajós

Procurador José Luiz de Camões Boaventura critica a judicialização da obra sem a realização de Consulta Livre, Prévia e Informada > 9

Mulheres Rurais da Amazônia: saberes em agroecologia > 10

Consulta Prévia em disputa > 12

O que está em jogo na COP 20

Por Fátima Mello*

A COP 20, realizada em Lima, Peru, no início de dezembro, entra em reta final de preparação com a maioria dos negociadores de governos e organizações da sociedade civil que acompanham as negociações internacionais sobre mudanças climáticas avaliando que a função primordial da COP de Lima é funcionar como a ante-sala da COP 21 a ser realizada em Paris em 2015, quando será firmado o novo acordo multilateral. Segundo estas avaliações, a COP 20 seria apenas de preparação do texto base a ser concluído em 2015 e portanto, não seria necessária uma mobilização global massiva para Lima.

No entanto, estas avaliações se equivocam ao não darem a devida importância a Lima; afinal, se a COP 20 fracassar não será possível haver acordo em Paris. Alguns critérios cruciais a serem definidos em Lima indicarão se o acordo de 2015 deverá ser apoiado ou denunciado como instrumento de implementação de falsas soluções.

Lima será fundamental, entre outros aspectos, para a definição de regras e métodos comuns para a elaboração das contribuições nacionais a serem apresentadas até abril de 2015 e que serão o pilar central do novo acordo global.

Algumas diretrizes a

serem definidas na COP 20 incluem:

Cada país incluirá em suas contribuições nacionais as áreas que quiser ou haverá parâmetros comuns para a sua elaboração (por exemplo, mitigação, adaptação, e, no caso dos países desenvolvidos, compromissos de financiamento)? As contribuições nacionais terão caráter voluntário ou de compromisso?

Estarão ou não direta e explicitamente referenciadas no princípio das Responsabilidades Comuns Porém Diferenciadas consagrado na Convenção do Clima, assegurando o princípio de justiça e a necessária diferenciação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento?

Apostarão em um acordo multilateral vinculante e aplicável a todos ou investirão em saídas bilaterais que escancaram ainda mais as portas das negociações para a ampliação dos interesses do capital e para o enfraquecimento do regime multilateral?

Incluirão propostas de mecanismos de financiamento via mercados, aumentando ainda mais a já extensa lista de falsas soluções que incluem os mercados de carbono, de precificação das emissões de gases do efeito estufa e outros esquemas de financeirização da natureza?

Em suma, em Lima a definição dos parâmetros para a elaboração das contribuições nacionais será determinante para as organizações e movimentos sociais que lutam por Justiça Ambiental e Climática concluírem seus diagnósticos e estratégias de luta a partir de 2015.

Faremos uma grande mobilização contra as falsas soluções combinada com a denúncia sobre o caráter privatizante e pró-mercados financeiros do acordo de 2015 ou seguiremos lutando por um acordo que seja o melhor possível?

Para além da importância em relação ao processo negociador no âmbito da Convenção do Clima e de suas COPs, Lima será crucial também para reafirmar as lutas da América do Sul contra o imperialismo e as falsas soluções defendidas pelo ambientalismo de mercado.

A América do Sul vive um momento de sua História atravessado por fortes contradições: é a região onde se abriu espaço para um novo e virtuoso ciclo político marcado pelo distanciamento em relação aos interesses do imperialismo e do receituário neoliberal; porém, as importantíssimas conquistas no terreno da redução das desigualdades e da pobreza ocorrem de mãos dadas com a intensificação

dos conflitos e injustiças socioambientais resultantes do modelo de desenvolvimento extrativista que saqueia territórios e expropria camponeses, povos e comunidades tradicionais de seu direito a terra e território.

Lima ocorrerá em um cenário onde, ao mesmo tempo, lutamos contra o modelo de desenvolvimento extrativista e violador de direitos territoriais e afirmamos nosso compromisso com a integração e concertação regional, contra as propostas do ambientalismo de mercado pró-EUA, anti-Mercosul e Unasul, pró-acordos de “livre” comércio e mercados de precificação de emissões.

Lima, portanto, para os movimentos sociais será o momento de afirmação de nosso projeto de região, de luta para que ele enfrente suas contradições e afirme a confluência entre inclusão social, redução das desigualdades, emprego, renda, direito a terra e território, e Justiça Ambiental e Climática. Em Lima é preciso afirmar que a Justiça Climática só poderá ser conquistada com direitos coletivos, trabalho decente, justiça, igualdade e superação do modelo extrativista. ■

* Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional - FASE Nacional

O conteúdo desta edição é de inteira responsabilidade da Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE) Amazônia e Fórum da Amazônia Oriental (FAOR)

Realização



Apoio



FASE Amazônia

Rua Bernal do Couto, 1329
Bairro: Umarizal - CEP: 66055-080 - Belém/PA
Fone: (91) 4005-3773 | Fax: (91) 4005-3750
E-mail: amazonia@fase-pa.org.br
www.fase.org.br

Edição e Diagramação

Élida Galvão

Tiragem

3 mil exemplares

Todas as opiniões emitidas nos artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores

OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DO PLANTIO DA PALMA DE DENDÊ NO PARÁ

Por Eliane Cristina Pinto Moreira*

Em 12 de novembro de 2012 a Promotoria de Justiça Agrária da I Região do Pará (que compreende 75 municípios) instaurou Inquérito Civil com o objetivo de apurar conflitos envolvendo os quilombolas vinculados ao Território Quilombola da Amarqualta a notícia dos fatos foi encaminhada pela Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará - MALUNGU. Segundo noticiado no dia 07 de novembro de 2012, em Tomé-Açu, dois quilombolas teriam sido vítimas de homicídio e outros quatro de tentativa de homicídio.

Ouvidos pela Promotoria os quilombolas informaram que eram parte de um processo judicial de reintegração de posse que contra eles havia sido ajuizado por uma empresa de dendê, deixaram claro que não atribuíram à esta empresa o atentado sofrido, mas que entendem que o aquecimento do mercado de terras em decorrência da instalação do pólo de dendê na região do baixo-tocantins poderia ter sido o motivo do crime uma vez que a reivindicação dos quilombolas para que suas terras fossem reconhecidas e demarcadas teria incomodado aqueles que tem interesse em vender ou arrendar suas terras para o plantio.

Os quilombolas possuem pedido de reconhecimento de seus territórios tramitando perante o ITERPA e O INCRA, há pelo menos quatro anos, devendo-se ressaltar que a titulação é mero reconhecimento de direito, o direito ao território existe a partir do autorealhecimento. Vistorias do Iterpa identificaram que a Fazenda Paraíso, propriedade da empresa Biopalma da Amazônia S.A., incide na área quilombola e que a área do Sítio Santa Rosa está totalmente inserida na área quilombola, esta área teria sido

adquirida pela empresa VALE. Ademais os títulos que sustentariam as propriedades reivindicadas pelas empresas estariam descolados de 20 a 60 km das áreas que realmente lhes pertenceriam, segundo apurado até o momento no inquérito civil e no processo judicial.

Tal circunstância levou à necessidade de solicitar das empresas atuantes no pólo de dendê documentos a fim de verificar sua regularidade, oportunidade em que se observou, por exemplo que a maior parte das empresas não possuía licenciamento ambiental, embora existisse empresa que estava regular do ponto de vista legal.

Após ouvir diversos relatos informais noticiando que as águas de alguns igarapés estariam causando coceira nas pessoas que utilizam os corpos hídricos na área do dendê, no dia 18 de junho de 2013, a Promotora solicitou ao Instituto Evandro Chagas o exame da água da bacia hidrográfica onde estão localizadas as comunidades do Murutinga (Abaetetuba), Curuperé, Foz do Cravo e Castanhazinho (Concórdia do Pará) a fim de verificar possível contaminação da água dos mananciais por agrotóxico oriundo das plantações de dendê, a identificação destas áreas foi possível graças à publicação do Relatório do Repórter Brasil que identificou comunidades afetadas com maior precisão.

Os resultados identificaram a presença de endossulfan (indicado pela ADEPARA como um dos produtos utilizados na produção do dendê) e o aumento de cianobactérias na área o que justificaria os relatos de coceiras, erupções na pele e mortandade de animais domésticos embora não se possa neste momento afirmar que isto é causado pelas empresas que

atualmente estão instaladas, todavia é um indicativo importante da necessidade de monitoramento da qualidade ambiental na região.

No decurso da investigação chamou atenção o fato de que não existe um órgão responsável pelo acompanhamento e monitoramento da atividade no estado e embora, muitos, inclusive o Ministério do Desenvolvimento Agrário aleguem que se trata de uma atividade monitorada pela Embrapa, em reunião realizada com a empresa esta declarou que não existe qualquer monitoramento, e que sua participação deu-se na elaboração do Mapa do Zoneamento Agroecológico da Cultura da Palma de Óleo e em pesquisas pontuais realizadas.

Perante tal circunstância o MP tem feito um esforço para realizar um termo de ajustamento de conduta para o setor a fim de abordar temas como ausência de licença ambiental, sobreposição em territórios tradicionais, questões trabalhistas, problemas com agrotóxicos entre outros e neste momento estamos trabalhando numa minuta de proposta cujos itens serão disponibilizados em consulta pública para que sejam estabelecidos parâmetros de sustentabilidade para a atividade da palma de dendê no Estado do Pará.

No atual momento, face à complexidade da questão, o Inquérito Civil sofreu um desmembramento, pois existem atribuições de outros órgãos do Ministério Público de tal modo que o inquérito civil prosseguirá em face das Empresa Vale S.A. e Biopalma, em razão do conflito específico com o território quilombola da Amarqualta, em relação às duas empresas o Ministério Público propôs a formalização de TAC para que as empresas desmobilizem suas atividades e retirem-se da área.

Em relação ao Licenciamento Ambiental o MPE e o MPF expediram recomendação para que a Resolução 107 de 2013 do COEMA não tivesse aplicação em relação ao dendê. Com efeito, esta resolução isenta de licenciamento atividades em até 04 módulos rurais, além disto acreditamos que há a necessidade de uma resolução específica para o licenciamento ambiental do dendê e inclusive do licenciamento do pólo de dendê, com a previsão de criação de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral na área, esta atribuição está a cargo da Promotoria de Justiça Ambiental da Capital, uma vez que se trata de impacto ambiental regional.

Além disto observou-se que há a necessidade específica de garantia da soberania alimentar na região e que a exigência do cumprimento da compra de produtos da agricultura familiar, territórios quilombolas e terras indígenas para a merenda escolar é uma das formas de fazer frente a isto, razão pela qual será instaurado um procedimento específico para esta finalidade.

A preocupação surgiu também da verificação de que no Pará apenas 50 municípios prestaram informações sobre o cumprimento desta obrigação na última prestação de contas para o FNDE. Finalmente, o procedimento também foi desmembrado e encaminhado ao MPF para que apure as falas no Mapa do Zoneamento Agroecológico da Cultura da Palma de Óleo, posto que os territórios quilombolas não foram inseridos no estudo, ademais enquanto política federal há a necessidade de um setor responsável pelo monitoramento da política pública, o que hoje inexistente. ■

*Promotora de Justiça Agrária da I Região

Breve balanço do FÓRUM

Por *Guilherme Carvalho**

Em maio de 2014 ocorreu o VII Fórum Social Pan-Amazônico, em Macapá, estado do Amapá, na Amazônia Oriental brasileira. Um fato positivo do mesmo em relação ao que ocorreu em Cobija (Bolívia) foi a presença de um número maior de delegações. Organizações do Brasil, Colômbia, Peru, Bolívia, Venezuela, Equador, Guiana Francesa – e mesmo da França, entre outros – estiveram presentes relatando suas experiências de resistência e de conquistas; refletindo sobre o cenário regional marcadamente influenciado pela expansão violenta e acelerada do grande capital, que desestrutura os modos de vida de povos indígenas e comunidades tradicionais, concentra a terra nas mãos de poderosos grupos econômicos, promove a degradação ambiental por conta da exploração intensiva dos recursos naturais, aumenta as desigualdades sociais, avança violando direitos e desconstruindo a democracia.

A Carta do Amapá, documento que congrega os posicionamentos comuns construídos pelos diferentes atores sociais presentes no FSPA, expressa sinteticamente o eixos de ação das forças populares pan-amazônicas. A luta anti-imperialista continua a ser um foco importante das

mobilizações na região. Ainda mais com a crescente militarização promovida pelos estadunidenses, tendo a Colômbia como sua principal cabeça de ponte na região, que tentam desestabilizar governos locais como ocorre na Venezuela.

Contudo, o papel desempenhado pelo Brasil nos últimos anos que passou a controlar parcelas significativas das economias dos demais países da região, a saquear suas riquezas e a disseminar conflitos é hoje alvo das preocupações e das denúncias das forças de esquerda. Também nesse campo se faz necessário destacar os papéis jogados por países como França – que segue mantendo a única colônia na América do Sul – e China no agravamento das tensões internas.

Outro aspecto importante presente na Carta do Amapá diz respeito à luta por outro tipo de integração regional. As forças populares se batem contra a integração pelo mercado que, aliás, não é verdadeiramente uma integração, mas representa tão somente a conexão de parcelas dos territórios da região ao circuito internacional de troca de mercadorias.

Diferentemente do que é colocado em marcha pela globalização capitalista, queremos uma integração dos povos, baseada em compromissos

mútuos em defesa da democracia e de suas instituições, por outro modelo de desenvolvimento que rompa com o neoextrativismo e com as ideologias do “crescentismo” econômico – este fundado unicamente na ampliação do Produto Interno Bruto (PIB) – e do progresso, que reconcilie homens e mulheres com a natureza a partir de um novo paradigma de sociedade, que promova em outras bases o intercâmbio comercial, que esteja verdadeiramente comprometido com a garantia dos direitos humanos, que rompa com o patriarcado, o racismo, a xenofobia e o preconceito, enfim, que subverta a ordem social capitalista.

A Carta também é um chamamento à unidade das forças populares da Pan-Amazônia. O cenário que vivemos é de profunda fragmentação das esquerdas, ampliada com a ascensão de governos oriundos do campo democrático e popular, mas que por uma série de motivos acabaram sucumbindo às lógicas dominantes da globalização, como a manutenção de extorsivos superávits primários e das taxas de juros, a adoção de medidas que aprofundaram a reprimarização das nossas economias e a implementação de reformas estruturais para atender aos interesses de grandes empresas nacionais e

transnacionais, para citar apenas alguns exemplos.

É evidente que lutamos não contra uma ou outra empresa, um ou outro governo, mas contra um bloco de poder fortemente articulado desde o plano local até o internacional, e que congrega diferentes atores sociais: bancos públicos e privados, empresas, governos, mídia corporativa, instituições multilaterais – como o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Banco Mundial (BIRD) e outros –, os poderes judiciário e legislativo, além de parcelas dos movimentos sociais e de ONGs. Por conseguinte, somente com a adoção de estratégias comuns por parte do nosso campo, que também nos torne capazes de atuar nas diferentes escalas, é que teremos alguma chance de realizarmos as mudanças estruturais pelas quais lutamos.

Outro aspecto a ser destacado da Carta está relacionado à necessidade de reunirmos novos paradigmas de construção de conhecimento e de visão de sociedade. Nesse sentido, o Buen Vivir é citado como uma contribuição importante, pois nos lança outro olhar sobre as relações entre nós mesmos, bem como entre nós e a natureza. Esse debate também nos coloca diante de importantes



Fotos: Guilherme Carvalho

SOCIAL PAN AMAZÔNICO

desafios no que diz respeito às relações entre os movimentos sociais e a academia, que precisam ser repensadas por ambas as partes.

Por fim, a Carta do Amapá expressa o reconhecimento das organizações presentes no FSPA do papel fundamental que mulheres, jovens, povos indígenas e comunidades tradicionais jogam para a construção de uma outra Pan-Amazônia possível. Esses atores sociais são efetivamente sujeitos das lutas por transformações estruturais. Não há como pensar qualquer processo de mobilização social e/ou de construção de alternativas “ao que está aí” sem a participação efetiva dos mesmos.

A garra com que se apresentaram nos atos públicos do FSPA, os ricos debates que nos proporcionaram através das mesas temáticas e/ou setoriais, bem como as contundentes problemáticas e indagações levantadas demonstraram isso.

Entretanto, nem tudo foram flores. Problemas de infraestrutura e de logística ocorreram, mas isto é comum

em qualquer evento dessa natureza e dimensão. Por isso não merecerão maiores considerações. O mais preocupante a meu ver foi o pouco debate político ocorrido durante o processo de construção do VII FSPA.

Pessoalmente não tive conhecimento de documentos contendo análises qualitativas sobre as novas dinâmicas socioterritoriais que se instalaram na região com a globalização capitalista. Não tomei conhecimento de qualquer reflexão substantiva sobre o papel que os Estados nacionais jogam para assegurar a espoliação da Pan-Amazônia, ou mesmo sobre os desafios estratégicos que precisamos enfrentar. Por conseguinte, considero que o processo de construção do Fórum foi despolitizado e isto impactou negativamente o próprio evento.

A Carta do Amapá foi um resultado importante, mais pelo esforço de alguns segmentos durante o evento do que pelo processo em si que resultou no FSPA. Essa situação precisa ser revertida durante a caminhada de organização do VIII Fórum na Amazônia peruana, a ser realizado em 2016. A construção de plataformas e da efetiva articulação das lutas sociais se dá a partir de agora e não quando do início oficial do encontro. Para finalizar segue uma pequena lista de tarefas que precisam ser executadas imediatamente:

- **A constituição (no Peru) do Comitê Local do VIII FSPA.**
- **A reestruturação do chamado Comitê Internacional do Fórum.**

- **Construção coletiva da proposta metodológica do Fórum.**
- **Definição da data em que o mesmo ocorrerá.**
- **Iniciar contatos com os/as possíveis apoiadores(as).**
- **Implementar ferramentas de comunicação que divulguem o FSPA, estimulem o debate político e a troca de experiências, bem como que favoreçam reuniões regulares dos(as) organizadores(as) do Fórum.**

* Coordenador da ONG FASE Programa Amazônia e doutor em Ciência do Desenvolvimento Socioambiental pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará – NAEA/UFPa.



III ENA fortalece a lu

Por Fábio Pacheco¹ e Solange Oliveira²



O III Encontro Nacional de Agroecologia, o ENA, é o momento alto da mobilização do movimento agroecológico, onde várias representações de todos os cantos do país se encontram para continuar a construção da nossa maior expressão de rede: a Articulação Nacional de Agroecologia, a ANA. No caso da Amazônia não é diferente, a perspectiva do ENA sempre é um grande motivador de quem tem a Agroecologia como causa na região.

A Articulação Nacional de Agroecologia da Amazônia, assim como a própria ANA, nasce logo após o I ENA, ocorrido em 2002, como a rede que congrega as organizações que fazem Agroecologia de um jeito propriamente amazônico. Na terceira edição do encontro, nos preparamos em cada uma das regiões realizando caravanas. Escolhemos visitar as experiências e outras formas, no local que acontecem e apresentadas por quem faz.

As nossas caravanas preparatórias para o III ENA foram em Santarém e na região do Bico do Papagaio, em sua porção tocantinense. Em Santarém, foi possível reunir representações de vários locais da Amazônia e do Brasil e proporcionar conhecer também

a Amazônia das águas e toda a sua diversidade natural e cultural, por meio das reservas extrativistas, aldeias e quilombos.

No Tocantins, foi possível conhecer, por meio das belas histórias de luta que nos inspiram até hoje, a força do povo daquela região, além de conhecer a força das organizações do campo que constrói e gesta tanto agroindústrias, quanto escolas profissionalizantes. As viagens pela Amazônia se constituíram em importante preparo para a participação no III Encontro Nacional de Agroecologia, ocorrido entre 16 a 19 de maio, em Juazeiro (BA). Com o lema “Cuidar da Terra, Alimentar a Saúde e Cultivar o Futuro” foram mobilizadas cerca de 2.200 pessoas, entre

elas 298 representavam os estados que compõem a Amazônia Legal e que fazem a ANA Amazônia.

Comparado ao II ENA (Recife 2006), o III ENA, realizado este ano, reuniu uma quantidade menor de pessoas. No segundo encontro conseguimos levar 348 pessoas, porém, este ano foi possível melhorar a participação das mulheres e jovens e levar um maior número de produtos para a feira de saberes e sabores, um dos pontos altos do encontro.

No caso das mulheres, conseguimos aumentar a participação em aproximadamente 10%, com a organização de atividades autogestionárias. Fato este, considerado mérito do trabalho de base da Rede de Mulheres Empreendedora da Amazônia

Tabela 01 – Participação da Amazônia no II e III ENA

Estado	II ENA			III ENA		
	Quantidade de Participantes	Quantidade de Mulheres	%	Quantidade de Participantes	Quantidade de Mulheres	%
Acre	12	08	67	36	21	58
Amapá	5	5	100	10	05	50
Amazonas	20	08	40	10	08	80
Maranhão	53	27	51	51	26	51
Mato Grosso	44	23	52	39	22	56
Pará	132	63	48	72	48	72
Rondônia	38	18	47	38	15	39
Roraima	08	03	37	01	01	100
Tocantins	36	14	39	41	22	54
Total	348	155	44	298	168	56

Fonte: Articulação Nacional de Agroecologia

Fotos: Solange Oliveira



III ENA ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA
 CUIDAR DA TERRA, ALIMENTAR A SAÚDE, CULTIVAR O FUTURO



ta pela Agroecologia



Historicamente, entre os estados que mais mobilizam participantes estão: o Pará (24%) e Maranhão(17%), seguidos por Mato Grosso(14%), Tocantins(13%), Rondônia(13%) e Acre(12%). Já os estados de Roraima, Amapá e Amazonas sempre tiveram menor representação, somando juntos 7% do público que estava presente pela região. Esse quadro reflete a quantidade de entidades da sociedade civil e movimentos sociais ligados ao tema nesses estados e a participação dos mesmos na dinâmica de rede ANA Amazônia.

As representações da Amazônia protagonizaram várias atividades durante do III ENA, além das duas instalações pedagógicas – que tiveram a missão de mostrar de como foram as duas caravanas realizadas na região (Tocantins e Santarém) e estiveram sempre lotadas, além de muito comentadas –, houve a realização de duas atividades autogestionárias, a

oficina “Agroecologia na Amazônia”, sobre coordenação da ANA Amazônia e outra intitulada “Oficina: Mulheres e Agroecologia na Amazônia”, que foi proposta e coordenada pela RMERA, rede que também faz parte da ANA Amazônia. Nas duas houve a presença em massa dos e das amazônidas de todos os cantos e vários outros/as de diversas partes do país.

A oficina “Agroecologia na Amazônia”, que tinha como objetivo a construção de metas e ações para o fortalecimento da ANA Amazônia, contou com a participação de aproximadamente 50 pessoas e teve inúmeros depoimentos de agroextrativistas, quebradeiras de coco babaçu, indígenas e quilombolas sobre como se vive a Agroecologia na região e os modos de vida dos povos da floresta.

Houve também espaço para que representações de comunidades tradicionais e as

mulheres fizessem denúncias de sobre o avanço dos grandes projetos que ameaçam o modo de vidas das populações tradicionais da Amazônia, alertando também para a mudança de marcos legais em curso que ameaçam a permanência das populações tradicionais em seus territórios.

Algumas dessas questões entraram para a Carta Política do III ENA, como a garantia da regularização dos territórios indígenas e quilombolas, assistência técnica adequada às comunidades tradicionais e a realidade da região e o reconhecimento e viabilização das práticas agroecológicas pelos governos.

Na “Oficina: Mulheres e Agroecologia na Amazônia” foram apresentadas as experiências do livro Rede de Mulheres Empreendedoras Rurais da Amazônia - RMERA, lançado na própria oficina. O objetivo desta publicação é contribuir para visibilizar, valorizar e

fortaler o trabalho da mulher e de suas experiências agroecológicas na Amazônia.

As experiências apresentadas no livro demonstram a riqueza de conhecimentos associados às suas práticas em conjunto com a natureza, demonstrando como as mulheres são mais “afinadas” ao desenvolvimento e multiplicação da Agroecologia. As várias experiências apresentadas, que também contribuem com o sustento e a segurança alimentar de suas famílias, demonstram o potencial que existe na promoção de ações voltadas para as mulheres.

Quintais produtivos, hortas medicinais, plantio sem agrotóxicos, preservação de sementes nativas, criação de pequenos animais, conservação de rios, solos e vegetação, além de outras formas de manejo sustentável dos bens comuns, são alguns exemplos das experiências apresentadas durante a oficina.

Durante o debate, outras mulheres se sentiram representadas e estimuladas a contar suas histórias fazendo depoimentos de dificuldades, conquistas e também de violências vivenciadas.

A partir disto, o encaminhamento compreendido e assumido por todas é de que devemos continuar de forma articulada com nossas lutas em movimentos de mulheres e outros segmentos por outro mundo possível contra o patriarcado.

As mulheres trazem para o debate da Agroecologia contribuições que vão além do cultivo da roça, da atividade da pesca, do extrativismo, da produção de artesanato ou de outras práticas. Demonstram que além de uma forma de produzir, a Agroecologia é uma forma de respeitar a vida no planeta, cuidando e transformando o mundo não só nas mudanças econômicas e ecológicas, mas também no âmbito das relações sociais de gênero, raça e etnia, com uma visão cosmopolítica que deve começar pela família.

Os e as amazônidas tem uma contribuição muito impor-



▶ *Integrantes da ANA Amazônia falam sobre a importância de seguir com a articulação em favor da agroecologia*

tante a dar para a construção da Agroecologia, pois sempre foram alvo dos mais variados tipos de ameaças fomentadas pelo capital, que sempre reinventa maneiras de se apropriar das riquezas dessa parte do Brasil, quer seja pela face da exploração e tráfico de madeiras, animais e plantas medicina-

is, passando pela mineração, turismo predatório, e as devastadoras monoculturas vegetal (soja, eucalipto, cana, dendê, etc.) ou animal (gado), mas que desde sempre resistiu e resiste usando a força dos conhecimentos tradicionais para gestar a complexidade que é floresta.

Viva a Agroecologia na Amazônia! ■

¹ *Coordenador de Agroecologia da Associação Agroecológica TIJUPÁ e integrante do núcleo de animação da ANA Amazônia*

² *Secretária e articuladora da Rede de Mulheres Empreendedoras Rurais da Amazônia - RMERA*



O COMPLEXO HIDRELÉTRICO DO TAPAJÓS e a infeliz necessidade de sua judicialização

Por Luís de Camões Lima Boaventura¹

Através da Resolução nº 003/2011, do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE, órgão vinculado ao Ministério das Minas e Energia, o Governo federal anuncia seu intento de implantar, nos rios Tapajós e Jamanxim, um Complexo Hidrelétrico que poderá vir a afetar drástica e definitivamente a vida de inúmeras comunidades tradicionais que habitam a bacia hidrográfica e guardam uma relação estreita com os recursos naturais existentes.

Até aí, nada tão alarmante. Trata-se de uma opção política relacionada à produção energética do país. Abstraídas as considerações que a sociedade brasileira deve fazer acerca da opção da fonte escolhida, bem como acerca da vultosa quantia de recursos públicos envolvidos numa obra que, dado o histórico recente do país quando o assunto é produção de energia a partir de aproveitamentos hídricos, o que se verifica na prática é que mais uma vez a Constituição Federal de 1988, a legislação ambiental aplicável à espécie, e inúmeros tratados internacionais de direitos humanos (em especial a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho) são simplesmente fulminados, na medida em que não se realiza a Consulta Livre, Prévia e Informada das populações tradicionais (sejam elas indígenas, beiradeiros, ribeirinhos, agroextrativistas e outros) a serem eventualmente impacta-

das pelos empreendimentos, bem como na medida em que se encara o licenciamento ambiental (que deveria ser compreendido a partir de critérios técnicos devidamente justificados) como mera etapa a ser vencida de modo a corroborar e sustentar decisões políticas previamente tomadas.

Diante desse quadro, fez-se necessário que, em 2012, o Ministério Público Federal ajuizasse a Ação Civil Pública nº 3883-98.2012.4.01.3902, em trâmite na Subseção Judiciária Federal de Santarém/PA, cujo objetivo é a suspensão do licenciamento da UHE São Luiz do Tapajós (a maior usina prevista para o Complexo acima mencionado) até que fossem realizadas e apresentadas a Avaliação Ambiental Integrada e a Avaliação Ambiental Estratégica (instrumentos indispensáveis à verificação dos impactos socioambientais cumulativos e sinérgicos sobre a bacia), bem como realizada e concluída a consulta das populações tradicionais a serem eventualmente impactadas.

Depois de sucessivas decisões judiciais, o que hoje vigora no âmbito judicial é um Acórdão do Superior Tribunal de Justiça que permitiu a continuidade da realização dos estudos de viabilidade, porém expressamente vedou a emissão de qualquer licença ambiental, inclusive a Licença Prévia, sem que antes fosse realizada (e não apenas iniciada) a Consulta

Livre, Prévia e Informada de todas as comunidades (indígenas ou tribais) que podem ser afetadas com a implementação do empreendimento, nos termos da Convenção nº 169/OIT.

Malgrado seja este o quadro judicial, as Rés da referida ACP (União Federal, IBAMA, Agência Nacional de Energia Elétrica, Eletrobrás e Eletronorte) resistem em cumprir a integralidade das decisões. Destaque para a absurda desconsideração das populações tradicionais que não sejam indígenas, que segundo as Rés, não se “enquadram” como destinatárias da Convenção 169/OIT, incidindo num claro discurso hegemônico que desconsidera as diferentes formas de viver e se relacionar com a floresta.

Destaque também para a admissão de que o avanço do procedimento licenciatório pode se dar simultaneamente à realização da consulta, retirando-lhe, portanto, o caráter mais essencial que lhe é inerente, qual seja, que seja prévia à tomada de decisão.

A sanha de atropelar o procedimento licenciatório é tão nítida que em setembro do corrente ano de 2014 o Ministério das Minas e Energia publicou a Portaria nº 485/2014, através da qual se agendava o leilão da UHE São Luiz do Tapajós para 15/12/2014.

Pasmem, pelo cronograma legal de instalação de um aproveitamento hidrelétrico, a

realização da licitação deve ser póstuma à emissão de Licença Prévia pelo órgão ambiental competente.

No caso em comento, não há nenhuma licença ambiental emitida, tampouco conclusão da avaliação técnica acerca dos estudos de viabilidade. Estaria, portanto, o Ministério das Minas e Energia utilizando bola de cristal e antevendo o resultado das avaliações técnicas dos órgãos competentes?

Tal indagação nos faz observar que as Rés admitem sim que o licenciamento pode avançar tranquilamente sem que antes se realize a Consulta Livre, Prévia e Informada, incidindo, portanto, em claro desrespeito ao Poder Judiciário federal brasileiro, que se inequivocamente desafiado a mais uma vez apresentar-se à sociedade como palco eficaz no árduo trabalho de reconhecimento de direitos e observância da legislação em vigor, tendo a responsabilidade de fomentar um novo paradigma nacional no relacionamento hodiernamente existente entre grandes obras de infraestrutura e os direitos das populações tradicionais e o respeito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. ■

¹ Procurador da República no Município de Santarém/PA, e responsável pelo acompanhamento da Ação Civil Pública nº 3883-98.2012.4.01.3902





Mulheres Rurais construindo, integrando e disseminando

Por Solange Oliveira*

A Rede de Mulheres Empreendedoras Rurais da Amazônia - RMERA é uma rede de grupos de mulheres que nasceu em 2002 a partir de encontros de mulheres com o objetivo de gerar renda na Amazônia.

As principais estratégias estão orientadas para organizar e articular as iniciativas de Mulheres Produtoras Rurais, estabelecendo entre elas mecanismos de formação técnica, política e social, mobilização e intercâmbios voltados para a consolidação da rede na região amazônica.

A rede RMERA se articula com outras redes e

fóruns locais e nacionais, como a Articulação de Agroecologia na Amazônia – ANA Amazônia, e a partir dessa atuação compõe o GT de Mulheres da ANA. A rede integra em torno de 150 empreendimentos formados por Grupos Mulheres e Grupos de homens e mulheres) nos nove estados da Amazônia legal: Pará, Amapá, Maranhão, Tocantins, Amazonas, Mato Grosso, Acre, Roraima, Rondônia.

Os grupos trabalham com diversos produtos: artesanato (cestos, semente, tapetes, flores, panos de pratos, bordados, crochê, bonecas e madeirite), agricultura (mandioca e

diversos produtos orgânicos), fitoterápicos (xaropes medicinais e chás), agroindústria (bolacha, doces, leite, licores, geleia, conservas, alvejante, amaciante e sabão em pó), criação de pequenos animais (frango, galinhas, porcos, patos e perus.), apicultura (mel e cera), hortas (verduras e legumes.), aromáticos (essências naturais, sabonetes, buchas e produtos de higiene).

A RMERA possui um Comitê Gestor que é formado por três instituições: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE Amazônia) Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense

(MMNEPA) e Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI/PA) e conta com uma secretaria estabelecida no escritório da FASE/Amazônia. Em cada estado há uma representante da RMERA, que é chamada de Antena, e tem como tarefa prioritária animar a rede no seu estado e zelar pela articulação com as organizações dos demais estados.

Em 2013, em parceria com o Gt Mulheres da ANA, a RMERA iniciou a execução do projeto Mulheres e Agroecologia em Rede, nas regiões norte, nordeste, sul e sudeste. O projeto tem como objetivos:

1 Fomentar a autonomia econômico das mulheres rurais articuladas no Grupo de Trabalho Mulheres da ANA, fortalecendo suas iniciativas no campo produtivo e contribuindo para a formulação, adequação e controle social de políticas públicas voltadas para agricultura familiar;

2 Contribuir para a superação das desigualdades de gênero a partir do maior acesso das mulheres rurais às políticas públicas voltadas para a agricultura familiar;

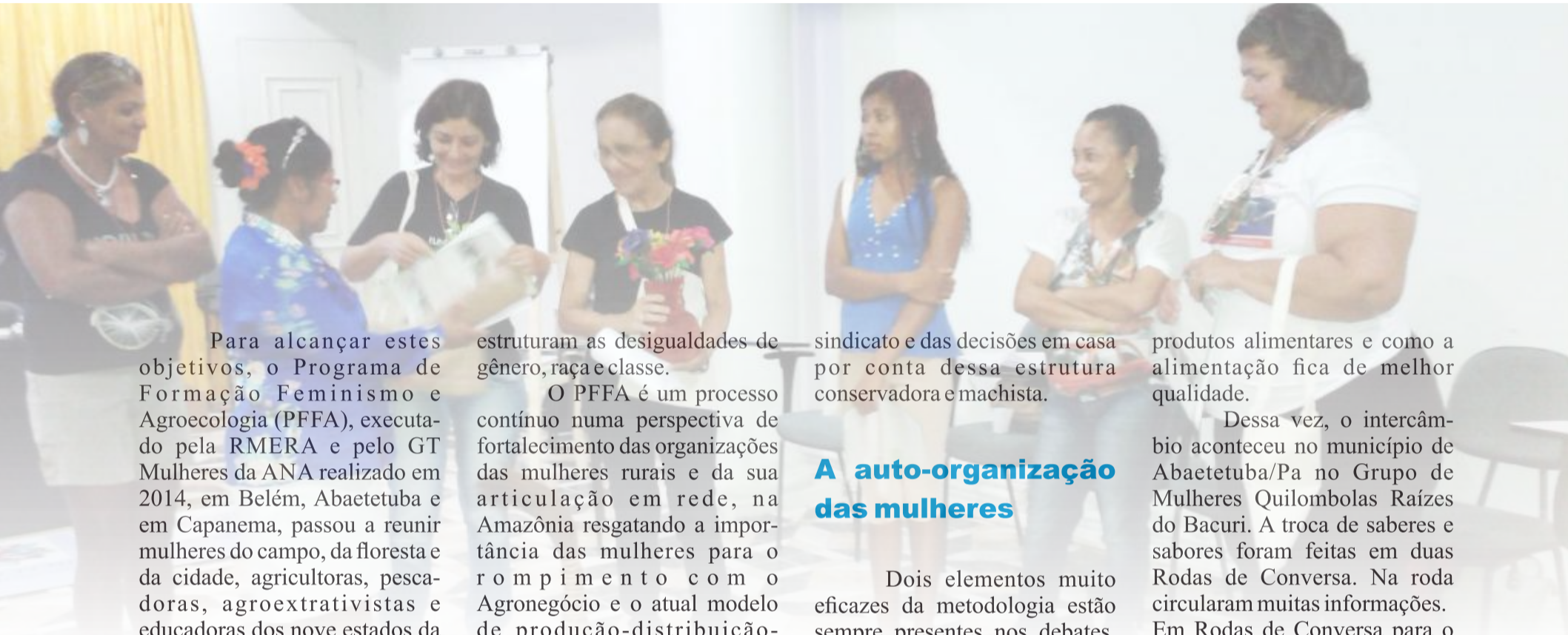
3 Contribuir para a melhoria das condições de vida das mulheres rurais a partir da autonomia gerada pela qualificação da produção agroecológica e a organização econômica.

Foto: Solange Oliveira



is da Amazônia

minando saberes em Agroecologia



Para alcançar estes objetivos, o Programa de Formação Feminismo e Agroecologia (PFFA), executado pela RMERA e pelo GT Mulheres da ANA realizado em 2014, em Belém, Abaetetuba e em Capanema, passou a reunir mulheres do campo, da floresta e da cidade, agricultoras, pescadoras, agroextrativistas e educadoras dos nove estados da Amazônia Legal, e a discutir a importância das mulheres na agroecologia, porque “sem as mulheres não tem agroecologia”.

Agricultoras, extrativistas, quilombolas, indígenas, trabalhadoras urbanas entre tantas outras companheiras vencem as barreiras impostas pela sociedade patriarcal e participam ativamente do processo agroecológico, que elas mesmas ajudam a construir. O programa de formação articula conteúdos teóricos e práticos e uma metodologia que junta o Feminismo e a Agroecologia, que são importantes componentes para que as mulheres do meio rural se reconheçam num processo que é histórico, voltado para garantia de direitos.

A orientação é praticar a agroecologia construindo o feminismo como uma identidade de luta pela libertação e emancipação das mulheres, além de abordar questões que

estruturam as desigualdades de gênero, raça e classe.

O PFFA é um processo contínuo numa perspectiva de fortalecimento das organizações das mulheres rurais e da sua articulação em rede, na Amazônia resgatando a importância das mulheres para o rompimento com o Agronegócio e o atual modelo de produção-distribuição-consumo, construindo novas estratégias que fortaleçam o acesso aos alimentos saudáveis e melhoria da segurança alimentar na Amazônia.

Infelizmente a violência contra a mulher ainda é vista como algo natural. No dia-a-dia nos deparamos com a imagem da mulher sendo estereotipada nas e músicas, no trabalho, na mídia, na família, na rua, na igreja, no partido, enfim, em todos os espaços. E no debate ficou claro que as trabalhadoras rurais que sofrem violência têm mais dificuldade que os homens de acessar as políticas públicas, têm menos oportunidade de ampliar sua renda, de participar das decisões da comunidade, no

sindicato e das decisões em casa por conta dessa estrutura conservadora e machista.

A auto-organização das mulheres

Dois elementos muito eficazes da metodologia estão sempre presentes nos debates. Um é a realização de intercâmbios que têm como objetivo promover, visibilizar e valorizar

experiências agroecológicas e grupos e movimentos de mulheres e o segundo é a implementação e uso da Caderneta Agroecológica voltada para auxiliar a mulher a gerenciar toda a produção do seu lote. Nela as mulheres anotam todas as entradas e saídas o que a família consumiu, vendeu, trocou e o que deu. Essa prática também vem ajudando a visibilizar na família e nas comunidades a produção das mulheres que muitas vezes nem elas mesmas têm consciência, por exemplo, do quanto a família economiza com o auto-consumo dos

produtos alimentares e como a alimentação fica de melhor qualidade.

Dessa vez, o intercâmbio aconteceu no município de Abaetetuba/Pa no Grupo de Mulheres Quilombolas Raízes do Bacuri. A troca de saberes e sabores foram feitas em duas Rodas de Conversa. Na roda circularam muitas informações. Em Rodas de Conversa para o grupo visitado contar sua história, importância da organização das mulheres em grupo, para fortalecer suas lutas e da comunidade, solidariedade entre as mulheres, crescimento pessoal e político e a busca da autonomia econômica. Também foram citadas as dificuldades por falta de políticas públicas.

As mulheres perceberam que os desafios são muitos. Contudo, para 2015, elas já estão se preparando para participar do Programa de Formação em Gestão de Empreendimentos Econômicos das Mulheres Rurais (PFG), que objetiva apoiar a estruturação dos empreendimentos agroecológicos protagonizados pelas mulheres rurais, a partir de uma metodologia que leve em consideração os diferentes estágios organizacionais de cada grupo e sua realidade local. ■

“Sem feminismo não há agroecologia”. Na Agroecologia não tem espaço para nenhum tipo de violência e vamos falar aqui especialmente da violência contra a mulher

* Secretária e articuladora da Rede de Mulheres Empreendedoras Rurais da Amazônia - RMERA

Consulta prévia em disputa

Por Rodrigo Oliveira*

O direito à Consulta Prévia, Livre e Informada (CPLI) tem ganhado relevância dentre as estratégias de povos indígenas e comunidades tradicionais para o enfrentamento de projetos desenvolvimentistas, como a construção de usinas hidrelétricas e a exploração mineral. Se, em países como a Bolívia, Colômbia e Equador, este direito já faz parte do vocabulário de resistência dos movimentos étnicos, no Brasil, ainda paira sobre ele grande desconfiança. A desconfiança tem origem em uma ambiguidade: a consulta prévia pode ser tanto um espaço de autonomia para os povos quanto de legitimação jurídica e política para projetos públicos e privados.

A CPLI – que tem como principal marco a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 1989 – é o direito dos povos indígenas e “tribais” de serem consultados sempre que puderem ser afetados por uma medida administrativa ou legislativa. Fruto da mobilização dos povos indígenas no cenário internacional, ela surge com três objetivos principais: permitir que povos historicamente excluídos da democracia representativa participem do processo decisório; possibilitar que esses povos decidam sobre suas vidas e destinos, e; viabilizar a construção de políticas públicas mais adequadas à realidade desses povos a partir de um diálogo entre as culturas.

Todavia, a consulta se mostra problemática e com dificuldade de atingir esses objetivos quando associada a projetos que envolvam interesses hegemônicos. Nesses casos, fica evidente a disputa entre duas visões distintas sobre o significado e a amplitude da CPLI: a visão dos grupos étnicos e a visão dos Estados e corporações privadas. Este

embate incide na construção concreta dos processos de consulta.

Os grupos étnicos concebem a CPLI como espaço para o exercício da autonomia, no qual seja respeitada a diversidade cultural e o conhecimento tradicional. Defendem que cabe aos povos a decisão final sobre o uso dos seus territórios e recursos naturais. Os Estados e corporações privadas, por sua vez, limitam a consulta à discussão de medidas de mitigação e compensação. Partem do discurso de que seria possível conciliar percepções antagônicas a respeito do uso do território e dos recursos naturais e elege o conhecimento “científico” como único capaz de apontar os impactos do projeto e suas respectivas soluções “técnicas”.

O predomínio de uma ou outra visão dependerá da correlação de força entre os atores sociais

envolvidos. A desigualdade torna provável o predomínio da visão dos Estados e empresas. Porém, vários grupos étnicos ao redor da América Latina já demonstraram que a CPLI pode ser útil às suas lutas. Para tanto, é preciso definir estratégias de atuação a partir das experiências vivenciadas pelo próprio grupo.

Duas estratégias merecem destaque. A primeira é a elaboração de protocolos de consulta – a exemplo do Protocolo de Consulta/Consentimento do povo indígena Wajãpi –, que possibilitam pressionar os governos a respeitarem a organização social e a forma de decisão dos povos consultados. A segunda é a oposição à regulamentação administrativa ou legislativa da CPLI. Como estuda o pesquisador Carlos Andrés Baquero (Dejusticia), a regulamenta-

ção da consulta tem sido uma estratégia dos Estados para reduzir as garantias previstas em leis internacionais.

A ambiguidade da CPLI pode ser superada. É preciso que os movimentos étnicos incorporem a consulta como parte do seu rol de instrumentos institucionais e que a utilizem como um espaço para a articulação e mobilização social, de maneira complementar à ação política direta, que deve ser priorizada. O desafio de enfrentar os projetos desenvolvimentistas é árduo e exige o proveito de todas as formas possíveis de combate e resistência. ■

* Centro de Información de la Consulta Previa

Foto: Divulgação

